

5.1.20. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão executa suas ações nas funções Administração, Encargos Especiais e Previdência Social, merecendo destaque a função Administração, com a maioria das ações executadas nela.

Atua, entre outras competências, na coordenação e gestão dos sistemas de planejamento e orçamento federal, de pessoal civil, das ações de organização e modernização do estado, na administração de recursos da informação, de informática e de serviços gerais, cartográficos e estatísticos nacionais; na administração patrimonial, nas negociações, no acompanhamento e na avaliação dos financiamentos externos de projetos públicos com organismos multilaterais e agências governamentais e na coordenação da gestão de parcerias público-privadas.

Neste contexto, merecem destaque as ações desenvolvidas que tiveram como escopo o aperfeiçoamento na gestão do processo orçamentário, bem como a sistematização, otimização e aprimoramento do processo de alocação de recursos buscando a melhoria da eficiência e a eficácia das atividades que integram os Sistemas de Planejamento e Orçamento da União.

A execução da política de gestão de pessoal da Administração Pública Federal teve como foco de atuação a democratização das relações de trabalho, a profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal e a política de atenção à saúde do Servidor Público Federal.

A maior expressão dessa política encontra-se na manutenção do diálogo permanente com todas as categorias de servidores públicos federais, por meio de mesas de negociação e grupos de trabalho que discutem a estruturação de carreiras e demais questões atinentes às condições do trabalho.

Como resultado deste processo, as ações concentraram-se na regulamentação dos critérios de desenvolvimento do servidor nas carreiras, bem como das gratificações de desempenho de diversas categorias, previstas nas leis que reestruraram as carreiras de todo o Serviço Público Federal.

No sentido da profissionalização do quadro de pessoal da Administração Pública Federal, além de cerca de 30 mil capacitações nas áreas de desenvolvimento gerencial e de formação profissional, foram criados a carreira de Analista de Infraestrutura e os cargos isolados de Especialista em Infraestrutura, para prover os órgãos executores de programas federais de infraestrutura de profissionais qualificados, além da carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais, na forma da Lei nº 12.904/09, com 2.400 cargos efetivos de Analista Técnico de Políticas Sociais, cujos servidores atuarão nos Órgãos federais que desenvolvem programas e projetos na área social.

Avançou-se na autorização de concursos públicos, com o objetivo de recuperar a força de trabalho perdida em razão de aposentadorias, evasões e outras circunstâncias, bem

como a substituição dos trabalhadores terceirizados em situação irregular.

Os concursos públicos na esfera federal passaram a contar com uma única legislação e, no ano de 2009, foram autorizados concursos para o preenchimento de 31.702 vagas, com enfoque nas áreas de fiscalização, educação e segurança.

As ações voltadas à organização e à modernização do estado concentraram-se nas áreas de desenvolvimento institucional e organizacional da Administração Pública Federal; proposição e implementação de mecanismos para a melhoria do desempenho institucional; e apoio ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão de estados e municípios.

O ano de 2009 foi declarado, por meio de Decreto, como o Ano Nacional da Gestão Pública (ANGP). Neste contexto, foram realizados o 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, o XIV Congresso Nacional do Centro Latino-Americano de Administração para o Desenvolvimento (CLAD) sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública e o II Seminário de Ações Compartilhadas PNAGE-PROMOEX.

Em relação ao apoio ao fortalecimento institucional e à melhoria da gestão de estados e municípios, as ações se destinaram a fomentar projetos de modernização e inovação da gestão pública, por meio de apoio técnico e financeiro.

No âmbito dos Sistemas de Administração dos Recursos de Informação e Informática e de Serviços Gerais, as ações buscaram racionalizar a gestão dos recursos, promover a adoção de padrões de normas e de software livre, e integrar ações de governo eletrônico que ampliam a oferta, por meios eletrônicos, de serviços e informações à sociedade.

Neste sentido, foi elaborada a Estratégia Geral de Tecnologia da Informação (EGTI) para 2010/2011, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em colaboração com os Órgãos setoriais do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP), com o objetivo de estabelecer as bases para a revisão da política de governança da Tecnologia da Informação do Governo Federal, pautada pelas diretrizes da economicidade, efetividade e segurança da informação.

Foram consolidados o guia de codificação e o guia de administração de Páginas, Sítios e Portais dos Padrões Brasil e-Gov, os quais correspondem a um conjunto de boas práticas agrupadas em formato de cartilhas.

O guia de codificação apresenta recomendações de boas práticas em codificação e o guia de administração subsidia a concepção, desenvolvimento, manutenção e administração de sítios de governo eletrônico na esfera federal.

Para conferir mais segurança e agilidade na transmissão de dados, voz e imagem, implementar novos serviços e

reduzir custos, o MP vem mantendo e expandindo a rede Infovia Brasil. Foram conectados 14 novos prédios (20 pontos) do Governo Federal à rede Infovia, em Brasília.

Após quatro anos de implantação, a rede Infovia em Brasília interliga, com fibras óticas, 137 pontos localizados em 95 prédios governamentais, proporcionando a integração de mais de 70 órgãos públicos. Somente no Serviço de Voz, foi alcançada economia superior a R\$ 16 milhões, por meio da contratação e entrega unificada do tráfego de ligações telefônicas originadas em órgãos públicos.

O projeto intitulado *software público*, www.softwarepublico.gov.br, ampliou o número de soluções disponíveis - de 19 para 34, o que tem contribuído em muito para racionalizar a contratação de software pela Administração Pública.

Destacou-se, ainda, a criação da comunidade virtual 4CMBR, voltada para a melhoria do uso de TI em prefeituras, que alcança centenas de municípios brasileiros.

O aprimoramento das ações que visem ao aumento do poder de compra do Estado e ao uso intensivo da tecnologia da informação nos processos de aquisição e de contratação de bens, obras e serviços, no âmbito do Governo Federal, são os eixos que fundamentam a estratégia de melhoria da gestão do Governo Federal, fazendo mais e melhor com os recursos disponíveis, evitando o desperdício nos gastos públicos, refletindo, principalmente, no incentivo e otimização do uso do pregão eletrônico como principal ferramenta para alcançar melhores performances de economia, transparência, celeridade e controle social.

O Governo Federal economizou com o uso do pregão eletrônico mais de R\$ 5,5 bilhões, valor estimado pela diferença entre os valores de referência e os valores efetivamente homologados.

A evolução dos gastos para compra de bens e contratação de serviços, por meio dessa modalidade licitatória, revelou um crescimento real acumulado de 388%, saltando de R\$ 4,2 bilhões, em 2005, para R\$ 20,5 bilhões, em 2009.

Objetivando dar celeridade ao processo de celebração dos convênios e contratos de repasse, foi implantado o Portal dos Convênios, que representa mais um grande passo em direção à transparência e ao controle social na execução das despesas orçamentárias da União.

Essa iniciativa deve-se não apenas à constatação do Governo Federal quanto à necessidade de um instrumento eficiente e transparente para a operacionalização das transferências voluntárias, mas também atende dispositivos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2009 (LDO 2009) e Acórdãos específicos do Tribunal de Contas da União (TCU).

A execução da política de disseminação de informações de natureza estatística (demográfica e socioeconômica) e de natureza geocientífica (geográfica, cartográfica, geodésica e

ambiental) tem procurado atender às demandas da sociedade e do planejamento de políticas públicas, com a ampliação do escopo temático investigado, a disponibilização da informação em suportes mais flexíveis e a adoção de práticas mais ativas na coleta e disseminação de seus produtos.

Neste contexto, as principais pesquisas realizadas e divulgadas foram: o Censo Agropecuário 2006, a Pesquisa Espacial de Tabagismo (PETab 2008), a Conta Satélite de Saúde, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE), o Banco de Dados Digital de Geomorfologia da Amazônia Legal, o segundo volume do Atlas das Representações Literárias de Regiões Brasileiras, enfocando os Sertões, e o mapa Fauna Ameaçada de Extinção: Invertebrados Aquáticos e Peixes 2009.

Além desses trabalhos, disponibilizou-se no portal do IBGE, na Internet, o Posicionamento por Ponto Preciso (PPP), que é um serviço *on line* gratuito, para fornecer coordenadas de alta precisão no Sistema de Referência Geocêntricas para as Américas (SIRGAS 2000) e a Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo dos Sistemas (RBMC-IP), que fornece coordenadas de melhor qualidade para usuários da Internet sem fio.

Para o acompanhamento da evolução estrutural da economia do país, foram elaboradas pesquisas contínuas, disponibilizando uma série de resultados anuais voltados para os setores de Serviços: a Pesquisa Anual de Serviços (PAS); Comércio, com a Pesquisa Anual do Comércio (PAC); da Indústria, com a Pesquisa Industrial Anual (PIA/Empresa e PIA/Produto) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC); e da Agropecuária, com a Pesquisa da Produção Agrícola Municipal (PAM); a Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM); e a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura (PEVS).

No âmbito do Sistema de Contas Nacionais, foram divulgadas as Contas Nacionais e as Contas Regionais do Brasil e o Produto Interno Bruto, contemplando, entre várias outras informações nessa área, o Produto Interno Bruto (PIB do Brasil, dos estados e dos municípios).

Foram também divulgadas as Estatísticas do Cadastro Central de Empresas (CEMPRE), permitindo conhecer dados sobre pessoal ocupado total e assalariado e salários pagos nas empresas, nos órgãos da administração pública e em entidades sem fins lucrativos.

Entre os eventos que permearam a fase de planejamento do Censo Demográfico 2010, destacaram-se as seguintes atividades: processo seletivo simplificado para o preenchimento de 33.012 vagas; realização da 2ª Prova-piloto do Censo 2010, que testou os novos itens do conteúdo do questionário e formas diferenciadas de indagar novos e antigos itens; 3ª Reunião da Comissão Consultiva do Censo Demográfico de 2010; desenvolvimento de projeto de treinamento para mais de 240 mil contratados temporários; e Seminário do IBGE sobre o Censo Demográfico de 2010 e a realização do Censo Experimental, que apontou a necessidade de

aprimoramento e mudanças fundamentais em diversos aspectos da operação.

A base territorial para o Censo 2010 integrará os mapas urbanos e rurais e dividirá o país em 289.297 setores censitários. Além disso, a migração da Base Territorial e do Cadastro de Endereços para um ambiente gráfico estruturado em bancos de dados geoespaciais, que será incluído no computador de mão, irá melhor orientar o recenseador no percurso que deverá fazer durante o seu trabalho de campo.

Em relação à administração patrimonial, o patrimônio da União é considerado um recurso estratégico para a implementação de políticas públicas de inclusão social e territorial, de desenvolvimento local e regional, de preservação ambiental e dos programas de infraestrutura que integram o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.

Neste sentido, o Governo atuou na gestão patrimonial da União, especialmente na utilização de imóveis de sua propriedade nos programas sociais e de infraestrutura, com destaque para as ações de regularização fundiária e provisão habitacional de interesse social.

O conjunto das ações de inclusão sócio-territorial atinge, hoje, mais de 550 mil famílias que vivem em áreas da União.

A regularização fundiária de interesse social, já definida como prioridade do governo no âmbito das ações de urbanização do PAC, ganhou força ao ser aliada ao combate ao desmatamento como ação estratégica para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Brasileira.

As ações de destinação de imóveis para provisão habitacional buscaram, assim como as de regularização fundiária de interesse social, minimizar os impactos negativos gerados pelo padrão essencialmente especulativo do crescimento urbano, que acaba por combinar a segregação em suas faces social, espacial e ambiental.

No âmbito das negociações, acompanhamento e avaliação de projetos com financiamentos externos de organismos multilaterais e agências governamentais, foi recomendada pela Comissão de Financiamentos Externos (COFIEC), após avaliação criteriosa quanto à adequação das propostas de financiamento com as estratégias de desenvolvimento nacionais e regionais, a preparação de 84 novos empréstimos externos (53 Cartas-Consulta visando cooperação financeira reembolsável e 31 Termos de Referência para cooperação financeira não-reembolsável), que alcançaram um montante de financiamento da ordem de US\$ 15,9 bilhões.

Desse montante de solicitações, foram contratadas 31 operações de financiamento externo (reembolsáveis e não-reembolsáveis), equivalentes a US\$ 3,7 bilhões. A maior

participação nos recursos coube aos estados (60% e 18 operações), seguidos da União (33% e 5 operações), e dos municípios (7% e 8 operações).

O ano foi de intenso relacionamento com os Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento (OFID), em consequência da crise econômico-financeira mundial, iniciada em meados do ano anterior.

O governo brasileiro teve papel relevante na elaboração de propostas voltadas a dotar tais organismos de recursos e instrumentos financeiros que permitiram intervenções efetivas e rápidas na recuperação das economias dos países membros.

Nesse contexto, o Brasil: (i) tornou-se Membro Pleno da Corporação Andina de Fomento (CAF); (ii) dobrou sua participação no Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA); (iii) participou das discussões sobre a nona recomposição de recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); (iv) aprovou o início das discussões para o sexto aumento de capital do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); (v) formalizou os trâmites internos para a adesão do país ao Banco de Desenvolvimento do Caribe (BDC); e (vi) concluiu os trâmites para participar da quarta recomposição de capital do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), bem como participou das negociações para a sua quinta recomposição.

Com vistas a propiciar a coordenação e o aprimoramento da análise sobre a conveniência da participação do país nos organismos internacionais, o Ministério assumiu a responsabilidade pelos pagamentos das contribuições a todos os organismos internacionais dos quais o país é membro, sendo que, em 2009, foram pagos cerca de R\$ 366,5 milhões.

Na área de parcerias público-privadas e infraestrutura, destacaram-se a licitação do primeiro projeto de PPP da esfera federal – Projeto do Consórcio Datacenter – formado pelo Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal, para a disponibilização e o gerenciamento de um Complexo Datacenter de alto padrão, em regime de “co-location”, por 15 anos, na cidade de Brasília e a abertura da licitação internacional de outro projeto federal de PPP – Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina/PE, que consiste na implantação de perímetro de irrigação, numa área de 7.862 hectares irrigáveis, com captação de cerca de 7,8 m³/s de água no Rio São Francisco, com grande potencial para a fruticultura. Foram ainda discutidos os termos da minuta de edital e contrato do Projeto TV Pública digital entre Ministério do Planejamento, Empresa Brasil de Comunicações – EBC, Casa Civil, Ministério da Fazenda e BNDES, com o objetivo de implementar a TV Pública digital em todo o território nacional por meio de parceria público-privada.

Análise da Execução Orçamentária por Função e Subfunção

A execução orçamentária do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, composta por três unidades orçamentárias: MP – Administração Direta, IBGE e ENAP, e ainda pelos recursos sob supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão dos Encargos Financeiros da União, no ano de 2009, foi da ordem de R\$ 4.095,05 milhões, divididos em três funções: Administração, Encargos Especiais e Previdência Social conforme apresentado no demonstrativo a seguir.

VALORES EXECUTADOS, POR FUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

FUNÇÃO	PERÍODO									R\$ milhões
	2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
ADMINISTRAÇÃO	1.209,53	68,0%	1.770,93	74,3	2.576,26	66,8	1.656,69	53,2%	2.174,25	53,1%
ENCARGOS ESPECIAIS	13,04	0,7%	18,17	0,8%	18,09	0,5%	11,20	0,4%	390,55	9,5%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	555,46	31,2%	593,70	24,9%	1.262,50	32,7%	1.446,23	46,4%	1.530,25	37,4%
TOTAL MP	1.778,03	100,0%	2.382,80	100,0%	3.856,85	100,0%	3.114,12	100,0%	4.095,05	100,00%

As funções de destaque, no exercício de 2009, foram Administração com 53,1% do total dos recursos e Previdência Social com 37,4% dos recursos. Dentro da função Administração temos que a principal unidade orçamentária executora foi o IBGE com R\$ 1.087,59 milhões, ou seja, aproximadamente 50% do total, seguido pela Administração Direta com R\$ 1.058,55 milhões (48%). Já na função Previdência Social, a unidade orçamentária que mais executou foi a Administração Direta, R\$ 1.036,64 milhões.

Função Administração e suas Subfunções – Período 2005 a 2009

O demonstrativo seguinte apresenta os valores executados, na função Administração, no período de 2005 a 2009, por subfunção. Cabe ressaltar que todas as unidades orçamentárias do MP concentram suas atividades na função Administração. Essa função apresentou, em 2009, um crescimento de cerca de 80% em relação ao exercício de 2005, sendo que, em 2006 e 2007, ocorreram aumentos de aproximadamente 46% sobre o ano anterior.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ADMINISTRAÇÃO, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

SUBFUNÇÃO	PERÍODO									R\$ milhões
	2005		2006		2007		2008		2009	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
TÍPICAS	920,04	76,07%	1.303,07	73,58%	1.820,65	70,67%	1.556,87	93,97%	1.945,82	89,49%
121-Planejamento e Orçamento	14,68	1,21%	185,42	10,47%	419,36	16,28%	28,00	1,69%	162,92	7,49%
122-Administração Geral	775,47	64,11%	993,11	56,08%	1.244,36	48,30%	1.362,26	82,23%	1.583,03	72,81%
125-Normalização e Fiscalização	0,67	0,06%	0,14	0,01%	0,01	0,00%	0,98	0,06%	2,23	0,10%
126-Tecnologia da informação	121,18	10,02%	111,39	6,29%	127,46	4,95%	146,31	8,83%	177,15	8,15%
127-Ordenamento Territorial	1,17	0,10%	0,83	0,05%	1,50	0,06%	2,13	0,13%	4,01	0,18%
128-Formação de Recursos Humanos	6,72	0,56%	8,49	0,48%	7,57	0,29%	12,05	0,73%	11,42	0,53%
129-Administração de Receitas	0,00	0,00%	3,69	0,21%	5,31	0,21%	3,14	0,19%	3,36	0,15%
131-Comunicação Social	0,15	0,01%	0,00	0,00%	15,08	0,59%	2,00	0,12%	1,70	0,08%
OUTRAS SUBFUNÇÕES	289,49	23,93%	467,86	26,42%	755,61	29,33%	99,82	6,03%	228,43	10,51%
212-Cooperação Internacional	8,52	0,70%	4,37	0,25%	1,63	0,06%	3,05	0,18%	148,27	6,82%
273-Previdência Complementar	10,13	0,84%	10,21	0,58%	11,81	0,46%	14,31	0,86%	0,00	0,00%
301-Atenção Básica	18,70	1,55%	19,60	1,11%	19,01	0,74%	19,62	1,18%	23,14	1,06%
306-Alimentação e Nutrição	22,87	1,89%	23,65	1,34%	24,28	0,94%	24,01	1,45%	24,46	1,12%
331-Proteção e Benefícios ao Trab	9,19	0,76%	10,37	0,59%	10,34	0,40%	10,31	0,62%	9,63	0,44%
364-Ensino Superior	0,38	0,03%	0,44	0,02%	0,47	0,02%	0,84	0,05%	0,73	0,03%
365-Educação Infantil	1,11	0,09%	1,06	0,06%	0,89	0,03%	0,93	0,06%	0,95	0,04%
571-Desenvolvimento Científico	13,21	1,09%	15,87	0,90%	18,67	0,72%	18,99	1,15%	17,95	0,83%
573-Difusão do Conhec. Científico e Tecnológico	2,82	0,23%	3,74	0,21%	3,61	0,14%	3,26	0,20%	3,30	0,15%
845-Transferências	0,40	0,03%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
846-Outros encargos Especiais	202,16	16,71%	378,55	21,38%	664,90	25,81%	4,50	0,27%	0,00	0,00%
TOTAL	1.209,53	100,00%	1.770,93	100,00%	2.576,26	100,00%	1.656,69	100,00%	2.174,25	100,00%

Fonte: Siafi

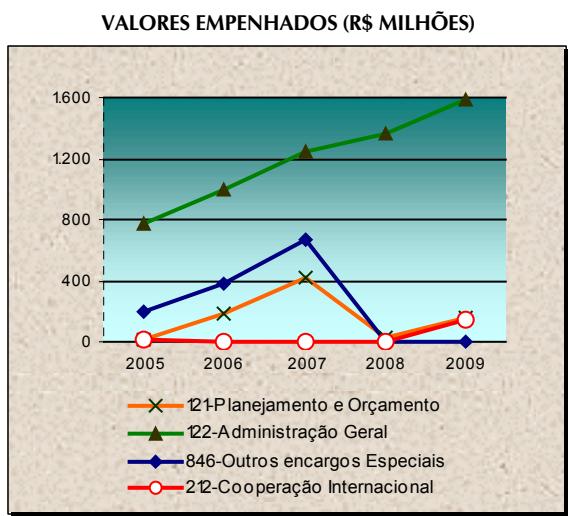
Observa-se que os gastos da função Administração estão concentrados nas subfunções típicas, cerca de 80% do total dos valores executados no período.

A principal subfunção utilizada foi "122 - Administração Geral", responsável, em média, por 65% dos valores executados na função ao longo do período em análise.

Em 2009, essa subfunção realizou R\$ 1.583,03 milhões, sendo que 73% desse montante destinou-se ao pagamento de despesas de pessoal.

No ano de 2005, a segunda maior subfunção realizada foi a "126 - Tecnologia da Informação" com 10% do total da função Administração. 76% do montante classificado nessa subfunção referia-se à manutenção dos sistemas estruturantes do MP.

O gráfico a seguir apresenta as subfunções mais significativas em razão do montante de recursos executados no período de 2005/2009.



Nos exercícios de 2006 e 2007, a subfunção "121 - Planejamento e Orçamento" ganhou maior relevância, apresentando aumento de 1.263%, quando passou de R\$ 14,68 milhões em 2005 para R\$ 185,42 em 2006. No ano de 2007, a subfunção realizou R\$ 419,36 milhões, aumento de 226% com relação a 2006.

O crescimento da despesa ocorreu em função do Censo Agropecuário 2006 e da Contagem da População 2006 pelo IBGE. Com o término dessas atividades, em 2008, a subfunção apresentou decréscimo no montante dos valores liquidados. Houve acentuado crescimento novamente em 2009, devido às ações preparatórias para o Censo Demográfico 2010 e para a realização do Censo Experimental, sob responsabilidade do IBGE.

Com relação a subfunção "122 – Administração Geral", pode-se afirmar que em termos nominais no período de 2005-2009, foram duplicados os recursos nessa subfunção. O aumento dos gastos com pessoal se deu pelos seguintes motivos:

Em 2006, foi criada a Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE; houve o pagamento de 50% da Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão – GCC para aposentados. No âmbito do IBGE; realizou-se o concurso público para o cargo de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas

com 649 vagas, ocorreu também a reestruturação da carreira do IBGE, a reintegração de 97 anistiados e o ingresso de 885 servidores de nível médio.

Em 2007, ocorreu a inclusão de 50 Analistas de Planejamento e Orçamento, de 150 Gestores e 281 PCC's; houve o reajuste de cargos em comissão - DAS; e a criação das gratificações de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia – GDACT, de Atividade Executiva – GAE e de Incremento à Atividade de Administração do Patrimônio da União – GIAPU.

Em 2008, houve a reestruturação das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPG, de Analista de Planejamento e Orçamento, e a de Pesquisa em Informações Estatísticas; e para o IBGE, ingressaram mais 166 Técnicos e 13 Pesquisadores em Informações Geográficas e Estatísticas; foram reintegrados anistiados e aumentou-se o quantitativo de contratos temporários para a área de Pesquisa.

No exercício de 2009, houve reajuste salarial de carreiras federais e ingresso de 1.008 servidores das carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental – EPPG (60), de Analista de Planejamento e Orçamento - APO (35), de Analistas de Infraestrutura (700), de contratos temporários (208).

Outra subfunção que merece destaque é "846 - Outros Encargos Especiais", classificada na função Administração - Outras subfunções.

Em 2005, do total de R\$ 202,16 milhões liquidados nessa subfunção, R\$ 154,48 milhões, ou seja, 76% dos recursos da subfunção, referiam-se a ação "Indenização a Anistiados Políticos (Lei nº 10.559, de 13/11/2002)".

No ano de 2006, a subfunção apresentou um acréscimo de 87% devido ao aumento nos valores liquidados relativos a Indenização a Anistiados Políticos, que nesse exercício quase dobrou, totalizando R\$ 303,12 milhões.

Em 2007 houve alteração da classificação dessa ação da função "Administração" para a função "Previdência Social", na subfunção "274 – Previdência Especial". Tal transferência não é percebida no gráfico acima, visto que no mesmo exercício a ação "Integralização de Cotas da Corporação Andina de Fomento – CAF", recebeu recursos, via crédito extraordinário, com o propósito de transformar o Brasil em acionista especial. O crédito, no montante de R\$ 551,00 milhões, permitiu a aquisição de mais 35.378 ações da série "C".

O decréscimo fica claro em 2008, quando a subfunção fica composta somente dos recursos das ações de Integralização de Cotas do Fundo Africano de Desenvolvimento – FAD, Integralização de Cotas do Banco Africano de Desenvolvimento – BAD e Integralização de Cotas do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola – FIDA. Em 2009, houve alteração da classificação das ações de Integralizações de Cotas da subfunção "846 - Outros Encargos Especiais", dentro da função Administração, para a subfunção "212 –

Cooperação Internacional", também apresentada no gráfico.

Função Encargos Especiais e Suas Subfunções – Período 2005 a 2009

O quadro a seguir demonstra os valores executados na função Encargos Especiais, no período de 2005 a 2009,

por subfunção. No período de 2005 a 2008, somente as unidades orçamentárias MP – Administração Direta e IBGE possuem realização. Em 2009, além da Administração Direta e do IBGE, o MP supervisionou a realização dos recursos relativos a Encargos financeiros da União do Órgão 71.000.

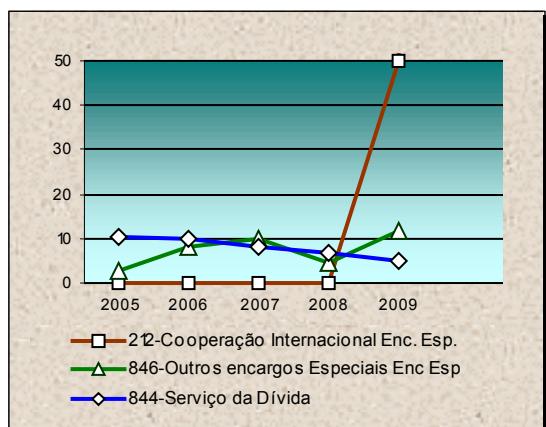
VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO ENCARGOS ESPECIAIS, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

SUBFUNÇÃO	PERÍODO					R\$ milhões		
	2005		2006		2007		2008	
ENCARGOS ESPECIAIS	10,30	28%	9,96	37%	8,27	45%	6,86	41%
212-Cooperação Internacional Enc. Esp.	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0%	0,00	0,00%
844-Serviço da Dívida	10,30	100,00%	9,96	100,00%	8,27	100%	6,86	100,00%
							5,07	1,34%

Fonte: Siafi

No caso da subfunção "844 - Serviço da Dívida Externa", até 2008, as realizações são decrescentes, como mostra o gráfico, e concentraram-se na Amortização e Encargos de Financiamentos da Dívida Contratual Externa, tanto do MP – Administração Direta como do IBGE. Em 2009, somente MP – Administração Direta executou nessa subfunção.

**VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO
ENCARGOS ESPECIAIS, POR SUBFUNÇÃO
NO PERÍODO 2005/2009 (EM R\$ MILHÕES)**



Com relação à subfunção "846 – Outros Encargos Especiais", no período de 2005 a 2009, a realização diz respeito aos precatórios pagos pelo IBGE. O aumento de

274% dessa subfunção em 2009 deu-se em razão do Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, da unidade orçamentária MP – Administração Direta. Além disso, a função ganhou expressividade em 2009 com um crescimento de 3.487,05% em relação a 2008, como demonstrado no gráfico, devido à inserção da subfunção "212 – Cooperação Internacional", com a criação do Programa 0910 – Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos Internacionais.

O crescimento da despesa verificado nesse exercício foi decorrente da transferência de ações referentes aos pagamentos das contribuições a Organismos Financeiros Internacionais de Desenvolvimento de todo o Poder Executivo do Ministério das Relações Exteriores para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Função Previdência Social e Suas Subfunções – Período 2005 a 2009

A função Previdência Social era composta pelas subfunções "272 – Previdência do Regime Estatutário" e "274 – Previdência Especial" e executada pelas três unidades orçamentárias do MP: MP – Administração Direta, IBGE e ENAP em 2009.

VALORES EXECUTADOS NA FUNÇÃO PREVIDÊNCIA SOCIAL, POR SUBFUNÇÃO, NO PERÍODO 2005/2009

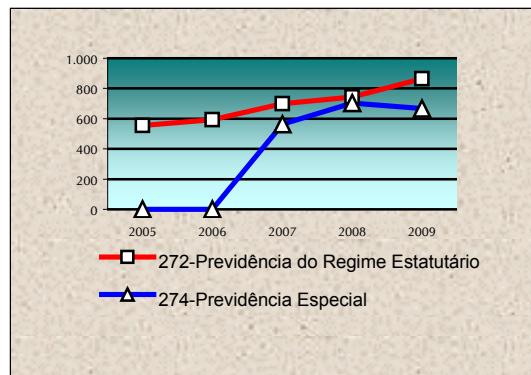
SUBFUNÇÃO	PERÍODO					R\$ milhões		
	2005		2006		2007		2008	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	555,46	100,00%	593,70	100,00%	1262,5	100,00%	1446,23	100,00%
272-Previdência do Regime Estatutário	555,46	100,00%	593,70	100,00%	699,83	55,43%	742,92	51,37%
274-Previdência Especial	0,00	0,00%	0,00	0,00%	562,67	44,57%	703,31	48,63%
							666,36	43,55%

Fonte: Siafi

Nos anos de 2005 e 2006 a alocação de recursos nessa função ocorria em sua totalidade na subfunção "272 – Previdência do Regime Estatutário", na ação Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis.

A partir de 2007, foi incluída no orçamento do MP a subfunção "274 – Previdência Especial", executada pela Administração Direta, com objetivo de pagar os valores retroativos a anistiados políticos civis (Lei nº 11.354/2006), e a indenização a Anistiados Políticos (Lei nº 10.559/2002), acarretando um aumento da despesa, que apresentou uma variação de 212% em relação a 2006, conforme demonstrado no gráfico seguinte.

**VALORES EXECUTADOS NAS SUBFUNÇÕES
NO PERÍODO 2005/2009
(VALORES EM R\$ MILHÕES)**



Os Programas que tiveram maior impacto nos resultados da atuação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão estão assim distribuídos:

PROGRAMA	(LOA + CRÉDITOS)	R\$ 1,00 EMPENHADO
0802 - Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos da União	60.164.223	23.000.196
1088 - Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública	63.842.750	49.496.639
1054 - Gestão de RH e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público (*)	265.995.001	70.340.697
0798 - Compras Governamentais	39.850.000	39.847.238
0794 - Gestão do Patrimônio Imobiliário da União	57.887.651	49.326.085

Fonte: Siafi, 12/1/2010

(*) No valor do Programa, são consideradas as reservas da SOF para eventuais despesas com pessoal e encargos da União.

O Programa de Gestão do Plano Plurianual e dos Orçamentos, com o objetivo de gerir o Plano Plurianual e os Orçamentos da União, de forma integrada e articulada, buscando a co-responsabilidade, a transparéncia e a melhoria da qualidade do gasto público, teve papel importante para a consecução do objetivo setorial de conduzir um processo de planejamento participativo, integrado ao orçamento e à gestão.

Neste sentido, foi elaborado o Relatório "Avaliação da Dimensão Estratégica", que compreende uma análise do andamento das políticas prioritárias de maior impacto para a estratégia de desenvolvimento do país, com a finalidade de conferir transparéncia ao desempenho dos objetivos estratégicos de Governo. Este documento teve como base a Avaliação dos Programas do PPA 2008-2011 (ano base 2008), elaborada pelos Órgãos Setoriais.

Foram desenvolvidas ações e atividades que tiveram como escopo o aperfeiçoamento na gestão do processo orçamentário, bem como a sistematização, otimização e aprimoramento do processo de alocação de recursos, como a implantação do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP), que unifica o Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan), o Sistema Integrado de Dados Orçamentários (SIDOR) e o Sistema Integrado das Empresas Estatais (SIEST), buscando a melhoria operacional, a integração de processos e a eliminação da duplicidade de informações, divulgando, tempestivamente,

informações gerenciais e estratégicas dos processos de planejamento e orçamento.

Visando à melhoria dos instrumentos de monitoramento do PPA, foi desenvolvido um sistema de relatórios que possibilita a consulta a dados de monitoramento do Sistema de Informações Gerenciais de Planejamento (SIGPlan - www.sigplan.gov.br), do Sistema de Monitoramento do PAC (SisPAC - www.pac.gov.br) e do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do Governo Federal (SIOP - www.siop.planejamento.gov.br).

Ademais, foram realizados estudos que viabilizaram a elaboração da versão preliminar de um Marco Conceitual, um Guia Metodológico e um Guia de Referência para fins de construção de indicadores de programas do PPA.

Foram iniciados trabalhos de construção de uma Matriz de Sustentabilidade para os estados brasileiros, consistindo na avaliação e proposição de uma carteira de indicadores para os estados, permitindo estabelecer comparações entre os estados brasileiros e possibilitando indicar as prioridades para formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Os resultados da matriz de Sustentabilidade podem ser utilizados como referência no processo de alocação de recursos, bem como podem balizar a mobilização de atores, como os Órgãos Setoriais e Unidades da Federação, em torno da temática do desenvolvimento territorial.

Foi realizado, também, estudo sobre a distribuição espacial dos recursos do PAC, com o objetivo de verificar se essa distribuição contribui para a interiorização ou a litoralização do país.

Foi elaborado, ainda, um estudo aprofundado das características dos municípios que foram selecionados como pólos de referência, com o objetivo de traçar um perfil de cada uma das vinte e nove cidades, associando um conjunto de informações padronizadas, a partir de dados de *Regiões de influência das cidades – REGIC*, atualizado em 2007, com informações específicas de cada cidade, relacionadas com sua vocação produtiva, logística, turística e cultural, bem como aspectos da qualidade de vida (saúde, saneamento e habitação) e educação da população local.

O Programa Fortalecimento da Capacidade de Gestão Pública, cujo objetivo é promover ações de desenvolvimento institucional e de otimização da gestão das organizações públicas alinhadas à nova concepção de gestão pública, com vistas a tornar o Estado capaz de assegurar direitos aos cidadãos, contribui para o objetivo setorial de promover a gestão pública eficiente e efetiva, com vistas a tornar a administração pública ética, transparente, participativa e descentralizada.

Neste sentido, o Programa constitui um centro de geração e implementação de novas práticas e mecanismos voltados para a concepção e institucionalização de modelos de gestão promotores da cidadania, com ações voltadas para a transformação da gestão pública e implantação de mecanismos de controle social sintonizados com as políticas de governo.

Há quatro frentes estratégicas de atuação do Programa:

- (1) desenvolvimento institucional: por meio de ações de coordenação, orientação, supervisão e elaboração de políticas e diretrizes de governo para a gestão pública;
- (2) articulação: por meio da gestão de parcerias e apoio a ações de modernização institucional;
- (3) fomento gerencial: por meio de medidas de desenvolvimento gerencial, tais como capacitação, gestão do conhecimento, entre outros; e
- (4) assistência técnica e cooperação financeira.

Dentro dessas formas de atuação, o ano de 2009 foi declarado, por meio de Decreto, como o Ano Nacional da Gestão Pública, com a realização do 1º Fórum Nacional de Gestão Pública, que congregou parceiros estratégicos do setor público, do setor privado e do terceiro setor, em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília sobre Gestão Pública.

O evento marcou o lançamento da Agenda Nacional da Gestão Pública, que contém uma série de iniciativas inovadoras para melhorar a gestão e do novo Portal do Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (www.gespublica.gov.br), que reuniu os principais atores em torno da agenda proposta pela Carta de Brasília e os diálogos acerca de uma estratégia nacional de ação em prol da melhoria da gestão pública.

Destacaram-se as seguintes iniciativas de Gestão: a Carta de Serviços ao Cidadão; o Manual de Avaliação de Satisfação do Usuário do Serviço Público e o software Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; o Catálogo das Iniciativas Federais para os Municípios e o Guia Básico de Gestão Municipal; a minuta de Projeto de Lei para regulamentar a contratualização de desempenho; e o Guia Referencial para Medição de Desempenho de Gestão.

No âmbito do Programa GesPública, foram desenvolvidas iniciativas, como: Rede Nacional da Gestão Pública; Simplificação do Atendimento ao Cidadão; Guia para Elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão; Manual de Avaliação de Satisfação e Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação; Integração das Bases de Dados; Centrais de Atendimento Integrado ao Cidadão; Prêmio Nacional da Gestão Pública (PQGF); e Semana Orçamentária Federal.

Foi realizado o XIV Congresso Internacional do CLAD sobre a Reforma do Estado e da Administração Pública, que teve por objetivo apresentar e discutir experiências e pesquisas sobre administração pública.

Foram estabelecidas diretrizes para a supervisão da carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) e construída uma proposta para reorientação da sua gestão, além da instituição do programa de tutoria para acompanhamento do estágio probatório dos novos EPPGG.

No que diz respeito à substituição de trabalhadores terceirizados em situação irregular no Poder Executivo Federal, foram autorizados concursos para substituir o equivalente a 70,2% do total de 13.040 desses servidores, informados pelos Ministérios e Órgãos da Presidência da República, em situação irregular na Administração Direta.

No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Modernização da Gestão e do Planejamento dos Estados e do Distrito Federal (PNAGE), foi viabilizada a assinatura do acordo de cooperação entre os Ministérios do Planejamento e da Previdência Social, com o CONSAD, para a realização do cruzamento de bases de dados sobre servidores, no intuito de evitar acumulações indevidas de remuneração por servidores públicos.

No Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Tribunais de Contas dos Estados, Municípios e Distrito Federal (PROMOEX), foram implantados o Portal e a Rede Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil (www.controlepublico.org.br), disponíveis a todos os segmentos da sociedade. Foi apoiada a implantação, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), dos registros de convênios vinculados a empréstimos externos.

Referente ao Programa de Estratégia e Plano de Ação para a Efetividade do Desenvolvimento no Brasil (PRODEV), foi elaborado o Plano de Ação para o Fortalecimento da Gestão para Resultados no Brasil e, em parceria com o BID e a ESAF, foram realizadas duas edições do “Curso

Nacional sobre Gestão para Resultados para a Efetividade do Desenvolvimento para os Estados Brasileiros".

Foi realizado, no âmbito do Reforço da Capacidade Institucional em Municípios Selecionados para a Redução da Pobreza (Projeto Brasil Municípios), encontro com Prefeitos Municipais, com a promoção de debates relacionados ao desenvolvimento local e regional e gestão municipal e apresentação de casos de cidades brasileiras e europeias.

No âmbito do Projeto Brasil Município, foram desenvolvidas atividades, com o objetivo de contribuir para o aumento da efetividade e dos impactos das políticas, programas e projetos formulados ou implementados em municípios, por meio da melhoria das capacidades institucionais das administrações municipais. Suas ações são voltadas, principalmente, a municípios das regiões Norte e Nordeste.

O Projeto atuou em três eixos: Capacitação, Associativismo e Assistência Técnica. Foram desenvolvidos os módulos de "Gestão Financeira" e de "Planejamento e Gestão por Resultados", sendo realizados 11 cursos, com a capacitação de 298 pessoas, entre técnicos, gestores e professores de 52 municípios das regiões Norte e Nordeste.

Nos eixos de Associativismo e Assistência Técnica foram realizados: o Seminário Internacional "Consórcios Públicos: Avanços e Perspectivas"; o início dos estudos de caso sobre as tipologias de arranjos associativos no Brasil; e os Encontros Técnicos nas cidades de Recife/PE, João Pessoa/PB, Aracaju/SE e Salvador/BA, com representantes dos municípios envolvidos no Projeto.

O Programa de Gestão de Recursos Humanos e Democratização das Relações de Trabalho no Setor Público tem por objetivo garantir a democratização das relações do trabalho no serviço público, por meio da inclusão de mecanismos de participação, valorização do servidor público, melhoria e eficiência na gestão de recursos humanos, para aumentar a capacidade do Governo na gestão das políticas públicas.

Neste sentido, foi mantido o diálogo permanente com todas as categorias de servidores públicos federais, por meio de mesas de negociação e grupos de trabalho que discutiram a estruturação de carreiras e demais questões atinentes às condições do trabalho, que resultaram em 4 projetos de lei, conferindo aumentos de remuneração e adequando as carreiras às novas diretrizes da política de gestão de pessoas.

Com o objetivo de formar servidores públicos para a área de negociação coletiva e democratização das relações de trabalho, foi oferecido o Curso de Especialização a Distância em Negociação Coletiva, em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A primeira turma, com aproximadamente 500 alunos, está prevista para concluir no segundo semestre de 2010.

Como forma de profissionalização de servidores públicos federais, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Recursos Humanos na Administração Pública Federal, com o objetivo de aprimorar a Política de Recursos Humanos implementada pelo Governo Federal, que contou com 1.054 participantes, entre dirigentes dos Órgãos que compõem o Sistema de Pessoal Civil (SIPEC) e representantes das entidades sindicais signatárias do Sistema Nacional de Negociação Permanente (SINNP) e da sociedade civil.

Considerando a política de Seguridade Social e Benefícios do servidor público federal como um conjunto de ações voltadas para a saúde do servidor em seu sentido mais amplo, foi intensificado o processo de construção coletiva desta política com encontros, oficinas, reuniões com as áreas de recursos humanos, técnicos de saúde e entidades sindicais, com o escopo de compartilhar experiências, dificuldades e projetos.

Para enfrentar o desafio proposto, foi instituído o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS) e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor (CGASS), regulamentados pelo Decreto nº 6.833, de 29 de abril de 2009.

O SIASS, como sistema estruturante, possibilita a elaboração de normas, a padronização de procedimentos e a racionalização de recursos, com uso de informação para ação, projetos de formação e canais de comunicação.

A organização do SIASS tem exigido uma política de comunicação para o compartilhamento de informações e a troca de experiências relacionadas com as questões ligadas à saúde do servidor.

Para tanto, foram implantados o Portal SIASS e o Boletim de Saúde do Servidor, com o objetivo de integrar e divulgar ações, legislações, dicas de saúde, notícias, artigos, eventos e toda informação necessária para o fortalecimento da construção coletiva da Política de Atenção à Saúde do Servidor.

Foram desenvolvidas, ainda, várias atividades de atenção à saúde do servidor, como: implantação do Sistema de Informações Siape-Saúde - módulo de perícia oficial em toda a Administração Pública; implantação do Prontuário Eletrônico nos serviços que realizam perícia; instituído o exame médico periódico para todos os servidores; criação das Unidades do SIASS, em fase de implantação em 18 (dezoito) estados e que deverá ser oportunamente estendida a todas as Unidades da Federação; universalização do benefício da assistência médica-odontológica para todos os servidores federais e tornado isonômico entre todos os entes do Poder Executivo.

O Programa Compras Governamentais, com o objetivo de otimizar os processos de contratação de bens, obras e serviços no âmbito do governo federal, bem como modernizar e normatizar os processos administrativos na área de logística e de serviços gerais, com a implementação do conjunto de ações que o integra, tem papel importante na consecução do objetivo de melhorar

os processos administrativos e de contratação de bens, obras e serviços, com impactos positivos sobre a redução de custos e a transparência com vistas ao controle social.

O Governo continuou a envidar esforços para atender a demandas de sistemas e projetos de logística pública, dando continuidade às ações de manutenção e evolução dos sistemas de compras governamentais - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG/ComprasNet) e de desenvolvimento de novo sistema de transferências voluntárias da União (Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias - SICONV/Portal de Convênios), a fim de alcançar melhores níveis de transparência, controle, redução de custos operacionais, agilidade e economicidade.

O uso do sistema eletrônico de compras públicas permite que a sociedade acompanhe as sessões públicas dos pregões eletrônicos e as presenciais em tempo real, por meio do endereço www.comprasnet.gov.br.

O pregão eletrônico tornou-se uma importante ferramenta no combate a fraudes e superfaturamentos.

Neste sentido, destacaram-se como principais resultados as evoluções do SIASG/COMPRASNET, com a implantação do módulo para consultas gerenciais no Sistema de Cartão de Pagamento (SCP); inclusão do campo para informação do valor estimado na ata dos pregões presenciais; adequação do Pregão Eletrônico para não permitir suspensão dessa licitação que restrinja o direito de registro de intenção de recorrer; implantação de funcionalidade para permitir que usuários (fornecedores e sociedade em geral) visualizem a Planilha de Formação de Preços durante a execução de pregões eletrônicos; implantada a funcionalidade para permitir validação de dados do cadastro de usuários do Sistema de Divulgação Eletrônica (SIDEC - certificação digital); inclusão no módulo Sistema de Minuta de Empenho (SISME) todas as espécies de empenho que são contempladas no Siafi; implantada a possibilidade de inclusão de contratos de execução de convênios anteriores a 2005; implantada a funcionalidade para permitir sub-rogação de convênios; disponibilizado no código para registro e publicação de dispensa de licitação para outras hipóteses legalmente previstas além da Lei nº 8.666/93; criado o subsistema Sessão Pública para realização informatizada das licitações previstas na Lei nº 8.666/93; permissão de consulta termos aditivos e apostilamentos de contratos; constituído Banco de Pregões (presenciais e eletrônicos) abandonados, revogados ou anulados, para consultas e eventuais reaberturas.

O SICONV/Portal de Convênios deu continuidade às ações de desenvolvimento do sistema informatizado para realização das atividades inerentes às transferências voluntárias da União a estados, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos, com a revisão e a melhoria de diversas funcionalidades já disponibilizadas e implantação de novos módulos operacionais, tais como: Execução, Consórcio Público, Consultas Gerenciais e Integração com a CAIXA para contratos de repasse.

O SICONV é destinado a viabilizar aos Órgãos repassadores (concedentes) e aos Órgãos recebedores (convenentes) dos recursos, o gerenciamento on-line da execução de todas as transferências voluntárias, contribuindo, assim, para a agilidade e a correta aplicação dos recursos, ao proporcionar total transparência, redução de custos operacionais, desburocratização, maior fiscalização e controle social, além de igualdade de oportunidades no acesso a esses recursos.

Este Sistema atende a todo o ciclo-de-vida das operações de transferência voluntária, da oferta de recursos até a prestação de contas e opera de forma integrada a outros sistemas estruturadores do Governo Federal, com destaque para o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi), com o Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG), com os Cadastros de Pessoa Física e Pessoa Jurídica da Receita Federal do Brasil, com a Imprensa Nacional e com as instituições bancárias federais.

Ademais, foram capacitados 22.570 usuários para utilização dos sistemas de compras eletrônicas e de módulos operacionais do SIASG/COMPRA'SNET, SICONV/Portal de Convênios e do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens SCDP.

O Programa Gestão do Patrimônio Imobiliário da União tem por objetivo identificar a vocação dos imóveis que compõem o patrimônio imobiliário da União, destinando-os de acordo com princípios de gestão territorial integrada e compartilhada, de respeito à diversidade, de racionalização e eficiência do uso, de garantia da inclusão sócio-territorial e de apoio ao desenvolvimento local sustentável.

Contribui para o objetivo de garantir que o patrimônio da União cumpra sua função sócio-territorial.

Foram desenvolvidas ações com foco na gestão patrimonial da União, especialmente na utilização de imóveis para provisão habitacional e regularização fundiária de interesse social, bem como para a garantia dos direitos das populações tradicionais.

Neste sentido, foi realizado um Auto de Demarcação para fins de regularização fundiária de interesse social, na área do Projeto Porto do Capim, com uma área de 29.462,21 m², em João Pessoa/PB.

Foram demarcadas, também, áreas localizadas em terrenos de Marinha e marginais de rios federais, envolvendo a identificação e a avaliação de imóveis, inclusive para a instalação de plataformas marítimas, em acompanhamento aos investimentos do PAC e do Programa da Amazônia Sustentável e Amazônia Legal (PAS).

Foram regularizados 6.532 imóveis em assentamentos em áreas públicas federais, titulando 8.414 famílias.

Foram declaradas 80 áreas como de Interesse do Serviço Público, nos estados de SP, MG e PR.

Houve o cadastramento de 27 mil famílias e emissão de 6 mil títulos de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia (CUEM) em áreas da União ocupadas informalmente, na cidade de Belém/PA.

No âmbito do Projeto Nossa Várzea, foi realizada a primeira doação de área urbana da União (465 hectares), ao município de Porto Velho, beneficiando cinco mil famílias. Foram entregues 13.491 Termos de Autorização de Uso às famílias ribeirinhas em 23 municípios do estado do Pará e 58 às famílias ribeirinhas no município de Mazagão/AP.

As comunidades tradicionais agroextrativistas da Amazônia Brasileira têm no Projeto Nossa Várzea – Sustentabilidade e Cidadania na Amazônia Brasileira, importante política pública de reconhecimento da posse e inclusão produtiva.

Foram transferidos três imóveis da União ao Incra, com área total de 10.636 hectares, beneficiando cerca de 355 famílias, nos municípios de Arame/MA, Cruz do Espírito Santo/PB, Canoinhas/SC e RA Sobradinho/DF, no âmbito do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal.

Neste sentido, foram criados Grupos de Trabalho Estaduais, no âmbito do Projeto “Minha Casa, Minha Vida”, em apoio à habitação em todos os estados da Federação e no Distrito Federal, compostos pelas Superintendências do Patrimônio da União (SPU), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e representantes indicados por todos os outros segmentos do Conselho Nacional das Cidades, inclusive os movimentos populares, trabalhando juntos na identificação de imóveis, tornando realidade a gestão democrática do patrimônio público da União.

Como resultado, já foram reservados para provisão de habitação popular, 65 imóveis em Minas Gerais, Paraná e São Paulo, como também imóveis em áreas centrais, como o caso da ocupação Chiquinha Gonzaga, no centro do Rio de Janeiro, que beneficiou 66 famílias de baixa renda.

Foi constituído, também, Grupo de Trabalho, no âmbito do Ministério das Cidades, composto pela Casa Civil, Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), Ministério das Cidades, CAIXA, Secretaria de Patrimônio da União/MP e representações dos quatro Movimentos Nacionais de Luta pela Moradia: União Nacional de Luta por Moradia Popular (UNMP), Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM), Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLM) e Central de Movimentos Populares (CMP), em apoio à promoção do direito à moradia, com a aquisição de imóveis do INSS, disponíveis para alienação, com a identificação de 25 imóveis passíveis de compra.

Com relação à arrecadação e cobrança das receitas patrimoniais, deu-se continuidade à implementação de uma política com foco na melhoria do atendimento ao cidadão ocupante dos imóveis da União, que incluiu o acesso a serviços por meio da Internet.

Como resultado, tem-se verificado sucessivo incremento nominal na arrecadação passando de R\$ 261,6 milhões, em 2006, para R\$ 549,2 milhões, em 2009.

Foram expedidas 56.230 Notificações por Aviso de Recebimento, com o propósito de impedir a prescrição de débitos patrimoniais e foi feito o acompanhamento das cobranças patrimoniais, com inscrição de 32.410 débitos em Dívida Ativa da União (DAU), onde foram cobrados, prioritariamente, os maiores devedores.